



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY  
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



**PROJETO DE LEI Nº 016/2020.**

ENCAMINHADO A(S) COMISSÃO(ÕES)  
*Justiça, Documentos, Educação*  
PARA PARECER  
\_\_\_\_\_  
Presidente da C.M.P.

**“DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO PROPORCIONAL DAS MENSALIDADES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PARATY, DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DAS AULAS EM RAZÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 33 DE 01 DE ABRIL DE 2020, SOBRE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA PROPAGAÇÃO DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19).**

O Prefeito Municipal de Paraty, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Paraty aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - Os estabelecimentos de ensino da rede privada do Município deverão reduzir as suas mensalidades em no mínimo 30% (trinta por cento), durante o período de suspensão das aulas em razão do decreto nº 33 de 01 de abril de 2020, sobre medidas de enfrentamento da propagação decorrente do (Coronavírus COVID-19).

**Parágrafo único.** Para efeitos desta lei consideram-se estabelecimentos de ensino da rede privada do Município as escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental.

**Art. 2º** - Os estabelecimentos de ensino que possuam calendário regular, com revisão de recesso semestral, poderão aplicar a redução da mensalidade de que trata o caput do artigo 1º desta Lei, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de suspensão das aulas.

**Art. 3º** - Os estabelecimentos de ensino adeptos ao calendário interrompidos de aulas, creches e demais unidades de ensino de carga horária integral ficam obrigadas a aplicar, de forma imediata, a redução de mensalidade que trará o caput do artigo 1º desta Lei.

**Art. 4º** - A redução da mensalidade de que trata esta Lei será imediata e automaticamente cancelada com o fim da suspensão das aulas conforme Decreto Municipal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY**  
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



**Art. 5º** - A fiscalização do cumprimento dessa Lei será exercida pelo Poder Executivo através do setor competente.

**Art. 6º** - O descumprimento desta Lei acarretará os infratores às seguintes penalidades:

- I – multa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por aluno;
- II- multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por aluno, caso de reincidência.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Paraty, 30 de abril de 2020.

**Paulo Sergio C. dos Santos – Solidariedade**  
**1º Vice- Presidente**  
**Vereador - Autor**